O argumento modal da consequência

Pedro Merlussi
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Em *An essay on free will*, van Inwagen apresenta três argumentos formais a favor do incompatibilismo que são três versões de um mesmo argumento. Neste artigo, discuto um desses argumentos, designadamente, o argumento modal da consequência. Esse argumento usa um operador modal sentencial que van Inwagen define como se segue: "Np" abrevia "p e ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se p". Além disso, van Inwagen nos diz que esse operador tem duas regras de inferência: Alfa (de □p, podemos inferir Np) e Beta (de Np e N (p → q), podemos inferir Nq). McKay e Johnson (1996) apresentaram um bom contraexemplo à regra Beta. O objetivo deste artigo é oferecer uma resposta bem-sucedida a McKay e Johnson.

Palavras-chave: argumento modal da consequência, incompatibilismo, Peter van Inwagen

Abstract

In An Essay on Free Will, van Inwagen presents three formal arguments for incompatibilism which are three versions of the same argument. In this paper, I discuss one of these arguments, namely, the modal consequence argument. This argument uses a modal sentencial operator which van Inwagen defines as follows: "Np" stands for "p and no one has, or ever had, any choice about whether p". In addition, van Inwagen tell us that this operator has two inference rules: Alpha (from □p, we may infer Np) and Beta (from Np and N(p → q), we may infer Nq). McKay and Johnson (1996) presented a good counterexample to the rule Beta. The aim of this paper is to provide a successful response to McKay and Johnson.

Keywords: *modal consequence argument, incompatibilism, Peter van Inwagen*

Introdução

O problema de saber se o determinismo e o livre-arbítrio são compatíveis é um dos mais controversos em filosofia. Por um lado, comumente se aceita que uma condição necessária para a responsabilidade moral é termos livre-arbítrio (cf. VIHVELIN, 2011, §1). No entanto, há certo apelo intuitivo de que a tese determinista (grosso modo, a tese de que tudo o que acontece é determinado por condições iniciais mais as leis da natureza) acarreta que não temos livre-arbítrio, e consequentemente que não há responsabilidade moral. É argumentável que a incompatibilidade entre o determinismo e o livre-arbítrio seja apenas aparente, e os defensores dessa tese são conhecidos como compatibilistas ou deterministas moderados. Já os proponentes da tese de que o determinismo e o livre-arbítrio são incompatíveis são conhecidos como incompatibilistas. Até há pouco tempo, a posição compatibilista era predominante nas discussões sobre o problema. Tipicamente se pensava que os argumentos a favor do incompatibilismo repousavam em alguma falácia modal óbvia (por exemplo, num argumento do gênero da falácia fatalista). Esse erro atribuído à tese incompatibilista, entretanto, não é mais comum. E isso se deve, em parte, à defesa de Peter van Inwagen do incompatibilismo. O trabalho de van Inwagen consistiu em tornar explícito um importante argumento incompatibilista – o argumento da consequência – oferecendo-lhe três formulações. A formulação de longe mais discutida é a terceira, conhecida como argumento modal da consequência. Muitas objeções lhe foram formuladas, mas é ainda muito controverso se o argumento modal da consequência é cogente.

Este artigo é uma introdução a um aspecto central da discussão contemporânea sobre o problema do livre-arbítrio; em particular, é uma introdução ao argumento modal da consequência. O objetivo é formular esse argumento e discutir uma de suas principais objeções.

O argumento modal da consequência

Peter van Inwagen apresentou em seu *An essay on free will* (VAN INWAGEN, 1983, p. 55-105) três argumentos formais a favor do incompatibilismo que, segundo o filósofo, são diferentes versões do mesmo argumento. Trata-se do argumento da consequência.

> *Se o determinismo for verdadeiro, então as nossas ações são consequências das leis da natureza e dos eventos no passado remoto. Mas não cabe a nós o que se passou antes de nascermos, e nem cabe a nós o que as leis da natureza são. Portanto, as consequências dessas coisas (incluindo as nossas ações presentes) não cabem a nós* (INWAGEN, 1983, p. 56).

Neste artigo, apresento apenas uma formulação do argumento da consequência, conhecida como argumento modal. A razão disso é que o argumento modal é muito mais influente nas discussões sobre o problema. Com esse argumento, Inwagen procura mostrar que se segue do determinismo que não temos escolha alguma. A formulação do argumento exige breves comentários sobre os conceitos de *(a)* leis da natureza e *(b)* estado total do mundo num passado distante.

É ainda uma questão em aberto saber o que é uma lei da natureza (a), mas o que se pressupõe neste artigo não nos compromete substancialmente com uma resposta ao problema. O objetivo aqui é apenas mostrar, para fins de argumentação, o que uma lei da natureza não é.

Em primeiro lugar, é tipicamente aceito pelos filósofos que uma lei da natureza não é uma generalização acidental. Assim, por exemplo, a proposição expressa pela frase “Todas as notas de cinco reais são azuis” não é uma lei da natureza; embora essa proposição seja uma generalização verdadeira, é simplesmente acidental. Em segundo lugar, o conceito de leis da natureza não é epistêmico. Uma proposição é uma lei da natureza independentemente de a conhecermos (ou de termos uma crença justificada sobre ela). Pode ser que as proposições que pensamos serem leis da natureza de fato não o sejam, e que também não venhamos a descobrir qualquer lei da natureza, ou a ter uma crença justificada na sua existência. Em terceiro lugar, para fins de argumentação, não fará parte da extensão do conceito de leis da natureza leis psicológicas que incluam leis sobre o comportamento voluntário dos agentes racionais (cf. VAN INWAGEN, 2004, p. 696-697 e 1983, p. 64). Essa restrição serve para impedir que o determinismo seja trivialmente incompatível com o livre-arbítrio: é que se houver leis sobre o comportamento dos agentes, então esses agentes têm de se comportar do modo como essas leis descrevem os seus comportamentos.

Embora aceite-se que uma lei da natureza não seja uma generalização acidental, ainda é controverso se as leis da natureza são necessariamente verdadeiras. Por exemplo, admitindo que a proposição expressa pela frase "Nenhum objeto viaja mais rápido que a luz" seja uma lei da natureza, é argumentável (cf. CARROLL, 2010, §8) que, por ser concebível que um objeto não viaje mais depressa do que a luz, essa proposição é apenas contingentemente verdadeira. Evidentemente muitos filósofos não ficam persuadidos por esse argumento, e o seu defensor terá a dificuldade adicional em compatibilizar a tese de que as leis da natureza são contingentes com a de que não são meras generalizações acidentais. Contudo, a despeito disso, é importante notar que este artigo não pressupõe que as leis da natureza sejam necessariamente verdadeiras de modo que não se pressupõe uma concepção "necessitarista" de leis da natureza.

Quanto ao conceito de *(b),* estado total do mundo num passado distante, ficará consideravelmente inexplicado ao longo do artigo, de modo que lançarei mão de uma compreensão intuitiva. A ideia é que há uma proposição que descreve o estado total do mundo num passado distante, antes da existência de quaisquer agentes, por exemplo, uma proposição que descreva o início do universo. Não é decisivo explicar o conceito de estado total do mundo porque o argumento de Inwagen é independente de seu conteúdo. O importante é ter em mente a seguinte restrição: o conceito de estado total do mundo tem de ser tal que, dado o que o mundo é num certo estado e em certo instante, nada se segue desse estado em qualquer outro instante. Por exemplo, o conceito de estado não pode permitir a cláusula "e, neste instante, o mundo é tal que a mão de alguém será levantada 10 segundos depois deste instante" (cf. VAN INWAGEN, 2004, p. 696 e 1983, p. 58). Essa restrição serve para não permitir que o conceito *estado do mundo* possa ser definido de tal modo que o determinismo seja trivialmente verdadeiro, pois poderíamos acrescentar uma cláusula contendo informações sobre o futuro que dirão sempre o que iremos escolher amanhã.

Finalmente, tenhamos em mente as seguintes definições para a formulação da tese determinista:

> "L" é a abreviação de uma frase que expressa uma proposição que é a conjunção de todas as leis da natureza.

> "H" é a abreviação de uma frase que expressa uma proposição verdadeira sobre o estado total do mundo em algum tempo, num passado distante, antes de quaisquer agentes existirem.
>
> "L" e "H" são entendidas como abreviações de frases que expressam proposições, e não como nomes, por uma razão simples. Se fossem entendidas como nomes, uma frase como "H ∧ L" seria agramatical, pelo mesmo motivo que a frase "Pedro e João" é agramatical. E, como se pode observar logo abaixo, "H ∧ L" é necessária para a formulação do determinismo:
>
> Determinismo: é a tese segundo a qual, necessariamente, se "H" e "L" são verdadeiras, então "P" é verdadeira (sendo "P" a abreviação de qualquer frase que exprima qualquer proposição).

Formalização da tese determinista: $\Box\, ((H \wedge L) \rightarrow P)$

A tese determinista é uma tese sobre proposições. Trata-se da tese segundo a qual uma proposição verdadeira que descreve o estado total do mundo no passado, mais uma proposição que seja uma conjunção de todas as leis da natureza, acarretam quaisquer proposições posteriores a esse estado do mundo. Já o livre-arbítrio não é uma tese sobre proposições, e sim sobre agentes. E, como nota Inwagen, se quisermos analisar as relações conceituais entre a tese determinista e a tese de que temos livre-arbítrio, teremos de tomar o livre-arbítrio como uma tese sobre agentes e proposições (cf. VAN INWAGEN, 1983, p. 66). O modo como Peter van Inwagen propõe fazer isso é o seguinte: um agente tem escolha sobre se *P* se e somente se pode tornar *P* falsa. Considere, por exemplo, as seguintes proposições:

> (a) Nenhum objeto viaja mais depressa que a luz
>
> (b) Ninguém leu este artigo inteiro em voz alta

Presumivelmente ninguém tem escolha sobre a proposição (a) porque *prima facie* ninguém pode torná-la falsa. Contudo, pelos menos alguém tem escolha sobre a proposição (b); por exemplo, o leitor tem escolha sobre a proposição (b) porque poderia simplesmente ler todo este artigo em voz alta.

No que se segue, formalizarei a tese de que não temos livre-arbítrio. Para tanto, apresentarei o operador modal N, que é caracterizado como se segue:

> “NP” abrevia “P e ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se P”.

Por exemplo,

> N Os dinossauros foram extintos

é uma abreviação para

> Os dinossauros foram extintos e ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se os dinossauros foram extintos.

Assim, a tese de que não temos livre-arbítrio é formalizada do seguinte modo: NP (e *P* é uma variável proposicional que pode ser substituída por qualquer proposição).

Finalmente, é preciso notar que o operador N tem duas regras de inferência (VAN INWAGEN, 1983, p. 94):

> (α) $\Box P \vdash \mathrm{N}P$

> (β) $\mathrm{N}(P \rightarrow Q), \mathrm{N}P \vdash \mathrm{N}Q$

A regra (α) diz que, no caso de *P* ser uma proposição necessariamente verdadeira, então podemos concluir que ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se *P.* A regra (β) afirma o seguinte: no caso de não termos escolha sobre *P* acarretar *Q*, e não termos escolha sobre *P,* então podemos concluir que não temos escolha sobre *Q.* Agora o argumento.

Suponhamos que o determinismo seja verdadeiro, isto é, suponhamos que necessariamente, se “H” e “L” são verdadeiras, então *P* também o é:

> $\Box((H \wedge L) \rightarrow P)$

Da primeira premissa, infere-se pela regra de exportação.

> $\Box(H \rightarrow (L \rightarrow P))$

Aplicando a regra (α) a 2, temos

$N(H \rightarrow (L \rightarrow P))$

Agora é preciso introduzir a premissa de que não temos escolha sobre o passado. A ideia subjacente a essa premissa é que não temos o poder de tornar falsa uma proposição sobre o estado total do mundo num passado distante.

NH

e de 3 e 4 infere-se, pela regra (β) que

$N(L \rightarrow P)$

Novamente acrescentamos mais uma premissa, a saber, a premissa segundo a qual não temos escolha sobre as leis da natureza. A ideia subjacente a essa premissa é que não temos o poder de tornar falsa uma lei da natureza.

6. NL

Inferimos agora de 5 e 6, pela regra (β)

NP

Logo, se 1 é verdadeira (isto é, se o determinismo é verdadeiro), então 7 é verdadeira. Como P é uma variável proposicional, e podemos substituí-la por qualquer proposição, conclui-se que, se o determinismo é verdadeiro, ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha.

$\Box\, ((H \wedge L) \rightarrow P) \rightarrow NP$

O argumento parece colocar o determinista moderado em dificuldades. Para um determinista moderado mostrar que o argumento não é cogente, terá de mostrar que pelo menos uma de nossas crenças nestas proposições não é plausível:

A regra de exportação para a lógica modal alética é válida;

A regra (α) é válida;

A regra (β) é válida;

NL;

NH.

Filósofos que têm alguma razão independente para rejeitar a lógica modal alética – como foi o caso de W. O. Quine – podem rejeitar 1. Entretanto, pelo fato de a lógica modal ser bem-sucedida, rejeitar 1 para refutar o argumento modal da consequência não parece um bom caminho. Isso ocorre porque teremos de usar 1 como premissa para pretender sustentar a conclusão de que o argumento modal da consequência é inválido. Ora, mas a premissa que nega 1 é menos plausível que a conclusão estabelecida pelo argumento modal da consequência. Portanto, esse tipo de argumento não é cogente (considerando um argumento cogente como um argumento sólido cujas premissas são menos disputáveis que a conclusão).

Já a crença em 2 parece muito plausível. A regra (α) é praticamente incontestável. Eis um argumento a favor de (α):

1. Se *P* é necessariamente verdadeira, então não pode ser falsa.

2. Se *P* não pode ser falsa, então ninguém pode torná-la falsa.

3. Se ninguém pode tornar *P* falsa, então ninguém tem escolha sobre se *P*.

4. Logo, se *P* é necessariamente verdadeira, então ninguém tem escolha sobre se *P.*

Portanto, contraexemplos a (α) parecem estar excluídos.

Para alguém mostrar que 4 é falsa, terá de encontrar um contraexemplo ao esquema “se *P* é uma lei da natureza, então ninguém pode torná-la falsa”; assim, terá de mostrar que alguém tem o poder de tornar uma lei da natureza falsa, o que é implausível. Já para mostrar que 5 é falsa, terá analogamente de encontrar um contraexemplo ao esquema “se *P* é uma proposição verdadeira sobre o estado total do mundo num passado distante (antes de agentes existirem), então ninguém pode torná-la falsa”.

Há objeções a 4 e 5, mas neste artigo apresento apenas uma objeção a 3. Essa objeção, de longe a mais influente, ataca a validade da regra (β), e foi apresentada por McKay e Johnson (1996).

Breve nota sobre a regra beta

Antes de tudo, oferecerei uma breve nota sobre a regra (β). Pelo menos até o trabalho de Inwagen, tipicamente se pensava que os argumentos a favor do incompatibilismo repousavam em alguma falácia modal óbvia (como um argumento do gênero da falácia fatalista). Mas é importante mostrar que as coisas aqui são diferentes. É importante não confundir a regra (β) com a seguinte forma argumentativa inválida:

1. $\Box (P \rightarrow Q)$

2. P

3. $\Box Q$

A regra (β) do argumento de Inwagen estabelece a diferença entre o argumento modal da consequência e a falácia fatalista. Considere a seguinte forma argumentativa válida:

$\Box(P \rightarrow Q)$

$\Box P$

Logo, $\Box Q$

Recorrerei a uma árvore lógica para demonstrar que a forma argumentativa supracitada é válida:

1.	$\Box (P \rightarrow Q)$		0
2.	$\Box P$		0
3.	$\neg\Box Q$		0
4.	$\Diamond\neg Q$	(3)	0
5.	$0 \rightsquigarrow 1$	(4)	0
6.	$\neg Q$	(4,5)	1
7.	P	(2,5)	1
8.	$P \rightarrow Q$	(1,5)	1

9. $\neg P$	(8)	1	10. Q	(8)	1
	x			x	

O operador modal da “não escolha” é, de fato, diferente do operador modal da necessidade. Portanto, do fato de a regra funcionar para o operador modal da necessidade não se segue que ela também funcione para o operador da não escolha. Não obstante, o operador da não escolha parece similar o bastante ao operador da necessidade para pensarmos que a regra (β) seja uma regra de inferência válida[1]. Porém, McKay e Johnson apresentaram um bom argumento para mostrar que a regra (β) é inválida.

A objeção de McKay e Johnson

Em “A reconsideration of an argument against *compatibilism*”, McKay e Johnson argumentaram que a regra (β) implica o princípio de aglomeração, e apresentaram um contraexemplo para mostrar que o princípio de aglomeração é inválido. Portanto, se o princípio de aglomeração é inválido e se a regra (β) implica o princípio de aglomeração, então a proposição segundo a qual a regra (β) é válida é afinal de contas falsa.

Princípio de Aglomeração: $\mathbf{N}P \wedge \mathbf{N}Q \vdash \mathbf{N}(P \wedge Q)$

O que o princípio de aglomeração diz é o seguinte: uma vez que ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se *P*, e que também ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se *Q,* segue-se que ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se *P* e *Q.* Assim, o contraexemplo de McKay e Johnson procura mostrar que é inválido concluir $\mathrm{N}(P \wedge Q)$ a partir da premissa $\mathrm{N}P \wedge \mathrm{N}Q$. Vejamos o contraexemplo.

Suponha que ninguém lançou certa moeda, mas que poderia lançá-la. É importante acrescentar ainda que a moeda tem apenas dois lados, não foi alterada e está em condições normais de uso.

[1] Michael Slote (1982) argumentou que a regra (β) não se assemelha ao operador da necessidade. Como McKay e Johnson apresentaram um argumento mais poderoso para mostrar que a regra (β) é inválida, irei desconsiderar neste ensaio a objeção de Slote.

P = a moeda não virou cara.

Q = a moeda não virou coroa.

Lembre-se que "ter escolha sobre se P" se define como "um dado agente tem escolha sobre se P se, e só se, esse agente pode tornar P falsa".

A premissa NP ∧ NQ é verdadeira. Se alguém tem escolha sobre a moeda não virar cara, então pode tornar P falsa. No entanto, ninguém pode tornar P falsa, pois ninguém tem o poder de, ao lançar a moeda, fazê-la virar cara. Logo, ninguém tem escolha sobre se a moeda não virou cara. Analogamente, se alguém tem escolha sobre a moeda não virar coroa, então essa pessoa pode tornar Q falsa. Porém, ninguém pode escolher tornar Q falsa, pois ninguém tem o poder de, ao lançar a moeda, fazê-la virar coroa. Logo, ninguém tem escolha sobre a moeda não virar coroa.

Mas, surpreendentemente, a conclusão N$(P \wedge Q)$ é falsa. Isso porque uma pessoa poderia tornar $P \wedge Q$ falsa ao arremessar a moeda. Se uma pessoa arremessasse a moeda, esta viraria cara ou coroa. Ora, a negação da frase "a moeda não virou cara e não virou coroa", $P \wedge Q$, é justamente "a moeda virou cara ou coroa", $\neg P \vee \neg Q$. Se alguém pode tornar $P \wedge Q$ falsa, então tem escolha sobre se $P \wedge Q$. E como se pode tornar $P \wedge Q$ falsa ao arremessar a moeda, caso em que ela viraria cara ou coroa, $\neg P \vee \neg Q$, segue-se que alguém tem escolha sobre se $P \wedge Q$. Logo, é falso que ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se $P \wedge Q$. Desse modo, o princípio de aglomeração é inválido. E o problema é que a regra (β) implica o princípio de aglomeração:

NP	premissa
NQ	premissa
$\Box\,(P \rightarrow (Q \rightarrow (P \wedge Q)))$	necessidade de uma verdade lógica
N$(P \rightarrow (Q \rightarrow (P \wedge Q)))$	de 3 e da regra (α)
N$(Q \rightarrow (P \wedge Q))$	de 1, 4 e da regra (β)
N$(P \wedge Q)$	de 2, 5 e da regra (β)

As premissas, como o leitor pode notar, são verdadeiras. NP é verdadeira porque ninguém tem o poder de, ao lançar a moeda, fazê-la virar cara. NQ é verdadeira porque ninguém tem o poder de, ao lançar a moeda, fazê-la virar coroa. 3 é uma tautologia. 4 se segue de 3, que à primeira vista é indisputável, e de 4, que, como vimos anteriormente, é muito plausível. Por meio da regra (β) chegamos facilmente a 6, que, como vimos, é falsa. Portanto, o que permitiu, no raciocínio anterior, chegar de premissas verdadeiras a uma conclusão falsa foi justamente a regra (β). Logo, a regra (β) é inválida.

Saber se esse é um argumento cogente, é algo que permanece em aberto. Há filósofos que pensam o contrário. Por exemplo, Finch e Warfield (1998) propuseram uma nova forma de tornar o argumento modal da consequência imune à objeção supracitada, substituindo a regra (β) pela regra (β)2.

(β)2: NP, $\square\ (P \rightarrow Q) \vdash$ NQ

Essa substituição nos daria o seguinte argumento:

$\square((H \wedge L) \rightarrow P)$	suposição
N$(H \wedge L)$	premissa
NP	1, 2 (β) 2
$\square((H \wedge L) \rightarrow P) \rightarrow$ NP	1-3, I→

Ao substituir a regra (β) por (β) 2, observa-se que esta última não implica o princípio de aglomeração:

NP	premissa
NQ	premissa
$\square\ (P \rightarrow (Q \rightarrow (P \wedge Q)))$	necessidade de uma verdade lógica
N $(Q \rightarrow (P \wedge Q))$	de 1 e 3 por (β) 2

A partir de 4, só seria possível derivar N $(P \wedge Q)$ caso admitíssemos a regra (β) original. No entanto, na reformulação de Finch e Warfield, o argumento modal da consequência não precisa da regra (β) original. E como a regra (β) 2 não implica a aglomeração, a nova formulação é imune à objeção de McKay e Johnson.

Penso, no entanto, que a regra (β)2 de Finch e Warfield seja também inválida. Considere o seguinte argumento:

1. Necessariamente, se a Terra for atingida por um cometa gigantesco em 2013, então os seres humanos morrerão em 2013.

2. Ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se a Terra será atingida por um cometa gigantesco em 2013.

3. Logo, ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se os seres humanos morrerão em 2013.

As duas premissas do argumento são verdadeiras. Presumivelmente, em todos os mundos possíveis em que a Terra é atingida por um cometa gigantesco em 2013, os seres humanos morrerão nesse mesmo ano. E pelo menos atualmente não temos o poder de tornar falsa a proposição expressa pela frase "A Terra será atingida por um cometa gigantesco em 2013"; por isso ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se a Terra será atingida por um cometa gigantesco em 2013. Entretanto, a conclusão é falsa. Isso porque alguém pode tornar falsa a proposição de que os seres humanos morrerão em 2013; portanto, é falso que ninguém tem, nem nunca teve, qualquer escolha sobre se os seres humanos morrerão em 2013.

Um defensor da regra (β)2 poderá argumentar que, nas circunstâncias em que a premissa 1 é verdadeira, e a conclusão 3 é falsa, a premissa é, na realidade, falsa. Considere o seguinte:

1. Necessariamente, se a Terra for atingida por um cometa gigantesco em 2013, então os seres humanos morrerão em 2013.

2. Mas posso me cuidar e não morrer em 2013, mesmo que um cometa se choque com a Terra.

Acontece que 1 e 2 são proposições inconsistentes. 2 é verdadeira se considerarmos que eu poderia sair da Terra e, portanto, poderia não morrer em 2013. Mas, ao afirmar isso, estamos implicitamente dizendo que 2 é falsa. Isso porque admitimos que é possível que um cometa se choque com a Terra mesmo que alguns seres humanos não morram, o que, obviamente, é a negação de 1.

Esta resposta, entretanto, não parece funcionar. O que o objetor deveria mostrar é que estas duas proposições são inconsistentes:

1. Necessariamente, se a Terra for atingida por um cometa gigantesco em 2013, então os seres humanos morrerão em 2013.

2. Posso tornar falsa a proposição de que os seres humanos não irão morrer em 2013.

Para 2 ser verdadeira, não tenho de ter o poder de fugir da Terra. Eu teria de ter esse poder apenas se, necessariamente, um cometa se chocar com a Terra. Neste caso, sim, teríamos uma inconsistência. Mas 1 não diz isso. Apenas diz que, necessariamente, os seres humanos morrem caso um cometa se choque com a Terra.

Considere o seguinte caso análogo: necessariamente, se cortarem minhas pernas, não caminharei de Ouro Preto a Mariana. Disso não se segue que eu não possa tornar falsa a proposição de que não caminharei de Ouro Preto a Mariana. Eu só não poderia caminhar de Ouro Preto a Mariana se tivéssemos uma premissa adicional, a saber, a de que necessariamente cortarão minhas pernas. Mas não temos essa premissa e, por isso, as proposições não são inconsistentes.

Talvez o defensor da regra (β)2 presuma que a premissa 1 só é verdadeira quando a antecedente da condicional o é. Mas nada exige que isso seja assim. Num mundo possível em que um cometa não se choca com a Terra, a premissa 1 continua verdadeira; afinal, a antecedente da condicional é falsa. Mas a conclusão obviamente é falsa. Como o mundo não acabou, posso me cuidar para não morrer, e, assim, tornar a proposição de que os seres humanos irão morrer em 2013 falsa.

Em suma, para a regra (β)2 ser válida, a forma argumentativa teria de ser a seguinte:

$\Box\ (P \rightarrow \mathrm{Q})$

$\Box\ P$

$\mathrm{N}P$

Logo, $\mathrm{N}Q$

Entretanto, essa regra nova regra não funciona para salvar o argumento modal da consequência da objeção de McKay e Johnson; afinal, precisaria da premissa $\Box\ (H \wedge L)$. Em virtude dessa dificuldade, consideremos outra resposta à objeção.

A regra beta determinismo

O contraexemplo de McKay e Johnson depende da suposição de que alguém poderia arremessar a moeda. Isso porque, se alguém pode arremessar a moeda, então pode tornar a proposição de que a moeda virou cara e coroa falsa; e, portanto, tem escolha sobre se a moeda virou cara e coroa. Assim, a conclusão $\mathrm{N}(P \wedge Q)$ seria falsa, apesar das premissas do argumento serem verdadeiras, pois pelo menos alguém teria escolha sobre $P \wedge Q$. Contudo, se supusermos que o determinismo seja verdadeiro, segue-se que há circunstâncias em que é impossível alguém arremessar a moeda. E como é impossível arremessar a moeda, segue-se que não é possível tornar $P \wedge Q$ falsa. Portanto, não é possível que $\mathrm{N}(P \wedge Q)$ seja falsa. Desse modo, não teríamos um caso de premissas verdadeiras e conclusão falsa, já que é impossível, admitindo o determinismo, que a conclusão $\mathrm{N}(P \wedge Q)$ seja falsa.

Para mostrar isso, admitiremos que P é a proposição de que a moeda não foi lançada.

Em primeiro lugar, temos a definição do determinismo:

$\Box((H \wedge L) \rightarrow P)$ 0

Agora supõe-se que a moeda poderia ser lançada, considerando as mesmas leis da natureza e o mesmo passado:

$\Diamond\, ((\mathrm{H} \wedge \mathrm{L}) \wedge \neg\mathrm{P})$ 0

Disso se segue uma contradição:

1.	$0 \curvearrowright 1$	(2)	
2.	$(\mathrm{H} \wedge \mathrm{L}) \wedge \neg\mathrm{P}$	(2,3)	1
3.	$\mathrm{H} \wedge \mathrm{L}$	(4)	1
4.	$\neg\mathrm{P}$	(4)	1
5.	H	(5)	1
6.	L	(5)	1
7.	$(H \wedge L) \rightarrow P$	(1,3)	1

$\wedge$

10. $\neg(H \wedge L)$ (9) 1 11. P (9) 1

x

11. ¬H (10) 1 12. ¬L (10) 1

x x

A conclusão a retirar é que é impossível alguém lançar uma moeda num mundo possível com as mesmas leis da natureza e o mesmo passado que o mundo determinista no qual a moeda não foi arremessada. Portanto, o contraexemplo de McKay e Johnson à regra (β) não funciona, caso se admita o determinismo.

McKay e Johnson podem objetar que isso é irrelevante quanto à invalidade da regra (β). Concordo com a objeção e penso que o contraexemplo por eles apresentado realmente mostra que a regra (β) é inválida. No entanto, o contraexemplo não funciona para invalidar a regra (β)D (cf. CRISP e WARFIELD, 2000), ou seja, a regra (β) determinismo:

D, N$(P \rightarrow Q)$, N$P \vdash$NQ.

O contraexemplo de McKay e Johnson não funciona caso se admita o determinismo, pois nesse caso seria impossível alguém arremessar a moeda nas condições expostas. E, se é impossível alguém arremessar a moeda nessas condições, a conclusão N$(P \wedge Q)$ não pode ser falsa. Portanto, não se teria um caso com premissas verdadeiras e conclusão falsa, pois a conclusão N$(P \wedge Q)$, caso se admita o determinismo, é necessariamente verdadeira. E note-se que o argumento de Inwagen supõe o determinismo; é o primeiro passo de seu argumento. Portanto, embora o contraexemplo de McKay e Johnson mostre que a regra (β) seja em si inválida, não mostra que o argumento modal da consequência seja inválido, pois este supõe o determinismo. Assim, teríamos o seguinte argumento, depois de relembrarmos a formulação das regras (α) e (β)D:

(α) $\square p \vdash \mathbf{N}P$

((β)D) D, $\mathbf{N}(P \rightarrow Q)$, $\mathbf{N}P \vdash \mathbf{N}Q$

1. $\square((H \wedge L) \rightarrow P)$	premissa
2. $\square(H \rightarrow (L \rightarrow P)$	1, pela regra de exportação
3. $\mathbf{N}(H \rightarrow (L \rightarrow P))$	2, pela regra (α)
4. $\mathbf{N}H$	premissa
5. $\mathbf{N}(L \rightarrow P)$	**1, 3, 4 pela regra (β)D**
6. $\mathbf{N}L$	premissa
7. $\mathbf{N}P$	**1, 5, 6 pela regra (β)D**
8. $\square((H \wedge L) \rightarrow P) \rightarrow \mathbf{N}P$ 1-7 I→	

O erro da formulação original de Inwagen teria sido não introduzir 1 na justificação dos passos 5 e 7. Entretanto, ao introduzir o determinismo, temos que a conclusão $\mathrm{N}(P \wedge Q)$ não pode ser falsa, de modo que não há problema no fato de a regra (β)D implicar o princípio de aglomeração. Afinal, o princípio de aglomeração não é inválido para a regra (β)D.

Há uma réplica que se poderia fazer à resposta aqui oferecida. Talvez seja razoável dizer que alguém teve escolha sobre a moeda não virar cara e não virar coroa mesmo num mundo determinista, independentemente de poder tornar falsa a proposição de que a moeda não virou cara e não virou coroa. Mas não penso que essa objeção seja bem-sucedida. O que está em jogo no problema é o de saber se o determinismo é compatível com o livre-arbítrio. Supor que alguém tem escolha num mundo determinista é já pressupor de antemão o compatibilismo. Portanto, a réplica é circular, e por isso não é bem-sucedida.

O argumento modal da consequência de Inwagen é um argumento poderoso contra o determinismo moderado. Seu ponto mais fraco apresentou-se na regra (β). No entanto, há respostas a esse problema, e procurei mostrar que o argumento modal da consequência pode ser consertado.

Conclusão

O problema do livre-arbítrio é um dos mais intricados em filosofia. Neste artigo, o leitor pôde entrar em contato com um importante argumento incompatibilista e uma de suas principais objeções, além de ter indicações de resposta a essa objeção. Em específico, procurei mostrar que um defensor da versão original do argumento modal da consequência pode levar em conta a resposta à objeção de McKay e Johnson que foi aqui brevemente explorada.[2]

Referências

CRISP, Thomas M. & WARFIELD, Ted A.. *The irrelevance of indeterministic counterexamples to principle beta*. In: *Philosophy and Phenomenological Research* 61, n. 1, p. 173-84, 2000.

CARROLL, John W. *Laws of Nature*. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy,* 2010.

FINCH, Alicia & Warfield, Ted A. *The mind argument and libertarianism*. In: *Mind* 107, n. 427 p. 515-28, 1998.

HUEMER, Michael. *Van Inwagen's consequence argument*. In: *The Philosophical Review* 109, n. 4 p. 524-44, 2000.

LEWIS, David. *Are we free to break the laws?*. In: *Philosophical Papers*. New York: Oxford University Press, 1986.

MCKAY, Thomas J. & JOHNSON, David. *A reconsideration of an argument against compatibilism* In:. *Philosophical Topics* 24, n. 2 p. 113-22. 1996.

SLOTE, Michael. *Selective necessity and the free-will problem*. In: *The Journal of Philosophy*, v. 79, n. 1 p. 5-24, 1982.

VAN INWAGEN, Peter. *The incompatibility of free will and determinism*. In: *Philosophical Studies*, 25: 185-99, 2002.

[2] Este artigo contou com diversas objeções e sugestões de vários amigos e colegas. Agradeço, em especial, às valiosas objeções e sugestões de Sérgio Ricardo Neves de Miranda, Desidério Murcho, Kherian Gracher, Luiz Helvécio Marques Segundo, Iago Bozza Francisco, Aluízio de Araújo Couto Júnior e Eduardo Cruz.

________________ . *An essay on free will*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

VIHVELIN, Kadri. *Arguments for incompatibilism*. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011.